



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

#### **I - Necessidade da contratação:**

A aquisição de equipamentos de CFTV e de controle de acesso, tem como finalidade a integração dos equipamentos com o sistema de controle de acesso e CFTV Intelbras Defense 3.0 nas unidades do TRT24. Houve uma aquisição de software de gerenciamento de controle de acesso e catracas faciais para a Sede em 2023.

De forma que a atual pretensão de aquisição vem para complementar os equipamentos faltantes para efetivar o controle de acesso no novo sistema de gerenciamento de controle de acesso.

O controle de acesso de portas do prédio sede não está mais em situação de uso, por se tratar de um software descontinuado e sem suporte. As portas serão otimizadas e gerenciadas pelo software de gerenciamento da Intelbrás. Otimizando e centralizando em único sistema, de forma a evidenciar instantaneamente os acessos que ocorrerem nas unidades do TRT, em especial na Sede e no Fórum Trabalhista de Campo Grande.

O controle de acesso do subsolo do prédio Sede está atualmente desamparado de controle de acesso, pois faltam clausuras com portas. Portas essas com controladoras faciais, de modo a identificar quem adentra no prédio pelo subsolo.

O controle de acesso trata-se de função primordial da Polícia Judicial para garantir a segurança dos usuários internos, segurança de área, segurança de instalações; garantindo a prestação jurisdicional ao público externo.

A central de videomonitoramento ativo do TRT24, com dois Agentes de Polícia Judicial para monitorar em tempo real por turno ininterrupto de 12X48 horas, monitora 25 locais onde se encontram os ramos da Justiça do Trabalho, como a sede,



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Arquivo-Geral, fóruns e varas do interior. Para isso, dispõe de aproximadamente 360 câmeras analógicas instaladas, 36 DVRs, 25 centrais de alarme e sistema de controle de acesso facial na sede e controle de acesso por cartão no Fórum Trabalhista de Campo Grande.

Para o sistema de CFTV foram adquiridos no PA 23606/2023 26 gravadores digitais e 360 câmeras digitais que estão em fase inicial de instalação, conforme solicitado no PA 2267/2024, instalação emergencial. As trocas no interior estão dependendo de apoio de equipe da manutenção predial e deslocamentos de Agentes da Polícia Judicial, como aprovado no PA 24633/2023 cujo curso de capacitação está sendo realizado nesta semana, conforme PA 1476/2024.

Para o controle de acesso foram adquiridos novo sistema gerenciador de controle de acesso e iniciada migração para controle de acesso facial com 15 pontos na sede (catracas, cancelas de veículos). Contudo, ainda falta a concretização da aquisição e instalação de pontos de controle de acesso facial, nas portas dos elevadores subsolo, salas técnicas dos andares, SETIC, CEPP, Corregedoria, Controle Interno, DPOL, entre outras.

O levantamento de quantitativo do prédio Sede, abaixo registrado, trata-se de portas controladas eletronicamente em sistema antigo, sem suporte, em que há necessidade de migração para o sistema intelbrás Defense 3.0. Além de portas a serem instaladas para se completar o parque de portas controladas:



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

LEVANTAMENTO DAS CONTROLADORAS DE PORTA - SEDE TRT					
		leitora	botoeira	controladora	
subsolo	sala utilidades	1	1	1	sistema antigo
	elevador panoramico	2		1	sistema antigo
	elevador serviço	2		1	sistema antigo
	elevador gab saude	2		1	inexistente
	elevador exclusivo	2		1	inexistente
	galpão manutenção	1	1	1	inexistente
térreo	acesso lateral externo	2		1	sistema antigo
	sala utilidades	1	1	1	sistema antigo
	sala CFTV	1	1	1	sistema antigo
	DPOL	1	1	1	sistema antigo
	porta escola judicial	2		1	inexistente
	elevador exclusivo	2		1	sistema antigo
1º andar	sala utilidades	1	1	1	sistema antigo
	acesso elevador exclusivo	2		1	inexistente
	acesso rack	1	1	1	sistema antigo
	acesso deposito rack	1	1	1	sistema antigo
	central de serviço	1	1	1	sistema antigo
	acesso copa	1	1	1	sistema antigo
	acesso ncatt	1	1	1	sistema antigo
	acesso cepp	1	1	1	inexistente
	acesso microinformatica	1	1	1	sistema antigo
	depósito microinformatica	1	1	1	sistema antigo
2º andar	sala de utilidades	1	1	1	sistema antigo
	corregedoria	1	1	1	sistema antigo
	srh	1	1	1	sistema antigo
3º andar	sala utilidades	1	1	1	sistema antigo
4º andar	sala utilidades	1	1	1	sistema antigo
5º andar	sala utilidades	1	1	1	sistema antigo
	Presidência	1	1	1	inexistente
<b>total</b>		<b>37</b>	<b>21</b>	<b>29</b>	
Obvsevação portas do sistema antigo não são compatíveis com o sistema Defense 3.0					

Há ainda a necessidade de troca do controle de acesso do Fórum Trabalhista de Campo Grande, onde as portinholas de controle de acesso devem ser substituídas por catracas para controle individual de acesso com a tecnologia de reconhecimento



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

facial, melhorando o controle de acesso neste Fórum, com a devida individualização do acesso e evolução no banco de dados com foto dos usuários, bem como a troca do sistema de controle de acesso das portas, das atuais controladoras de acesso por cartão para controladoras faciais.

O levantamento realizado no Fórum Trabalhista de Campo Grande evidencia que são 55 portas controlada com cartão:



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

#### Subsolo:

Elevador: 2 portas;  
Salas técnicas: 2 portas;  
Portão de veículo: 1 porta;

#### Térreo:

Estacionamento lateral: 2 portas;  
Entrada lateral: 1 porta;  
Elevador: 2 portas;  
Salas técnicas: 2 portas;  
Salas restritas (juizes): 2 portas;  
Sala CFTV: 2 portas;  
SETIC : 4 portas;  
Cancelas de acesso ao usuário: 4 portas;  
Portão de veículos acesso ao estacionamento lateral: 1 porta;

#### 1º Andar:

Elevador: 2 portas;

#### 2º Andar:

Elevador: 2 portas;  
Oficiais de Justiça: 1 porta;  
Salas técnicas: 2 portas;

#### 3º Andar:

Elevador: 4 portas; (sendo 2 portas para acesso exclusivo servidores e duas para acesso exclusivo de atendimento ao usuário/visitante).

#### 4º Andar:

Elevador: 4 portas; (sendo 2 portas para acesso exclusivo servidores e duas para acesso exclusivo de atendimento ao usuário/visitante).

#### 5º Andar:

Elevador: 4 portas; (sendo 2 portas para acesso exclusivo servidores e duas para acesso exclusivo de atendimento ao usuário/visitante).

#### 6º Andar:

Refeitório: 1 porta;  
7ª VT: 2 portas;  
Precatórios: 1 porta;

#### 7º Andar:

CEJUSC: 3 portas;  
Antiga Sala de treinamento físico: 1 porta;

#### 8º Andar:

Salas restritas (magistrados): 2 portas



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

No Fórum Trabalhista foi apresentada a solução de diminuir o quantitativo de portas, sem nenhum prejuízo, mantendo o mesmo nível de controle, mas com diminuição de investimentos necessários com aquisições.

Catracas faciais para o prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande. Há necessidade de aquisição de 3 catracas faciais bidirecionais com leitoras faciais, de forma a individualizar o acesso, retirando as portinholas atuais existentes que não trazem o devido controle de acesso. Por fim, pretende-se que sejam adquiridas duas catracas com controle de acesso faciais para o Fórum Trabalhista de Dourados e duas para o Fórum Trabalhista de Três Lagoas, para integrar o sistema de controle de acesso nas duas maiores unidades do interior.

Ainda, para o Fórum Trabalhista de Campo Grande necessita a aquisição de 8 leitoras faciais de grande fluxo para as entradas de veículos e para as portas laterais do estacionamento térreo.

Câmeras com leitura de placa de veículos, há a necessidade de instalação dessas câmeras sendo 6 na Sede, 4 no Fórum Trabalhista de Campo Grande, 3 no Fórum Trabalhista de Dourados; 2 no Fórum Trabalhista de Três Lagoas e 10 para as demais unidades do interior.

Câmeras Speed Dome, há necessidade de instalação de uma câmera na frente de cada uma das 25 unidades do TRT, para otimizar o monitoramento ativo, tratando-se de câmeras que rotacionam para monitorar em 360 graus.

NVDs, gravadores digitais IP, há a necessidade de adquirir mais 12 NVDs para completar a atualização do parque para digital, sendo que foram adquiridos 26 no ano 2023; e para completar as 24 unidades do TRT (exceto Fórum Trabalhista de Campo Grande), faltam 12 NVDs. Ainda, serão adquiridos com um



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

HD já instalado de 4 TB, a fim de evitar problema de compatibilidade.

Câmeras com inteligência artificial embarcada de linha virtual para instalação nas unidades com grandes terrenos e locais com histórico de invasão tais como Corumbá, Naviraí, Três Lagoas, Arquivo CG, Bataguassu. Ainda, locais como Ponta Porã que fica perto da delegacia local e tem movimentação peculiar.

As licenças de vídeo adquiridas no software de gerenciamento em 2023 foram 300 canais. O parque do TRT era no início do ano de 2024 de 360 câmeras, contudo já ocorreram instalações nova, chegando ou prestes a chegar até final do ano de 2024 em 380 câmeras. Necessitando de aquisição de 80 licenças de vídeo.

Portanto, a presente contratação destina-se à compra de licenças e equipamentos eletrônicos para **conclusão e integração do parque tecnológico das 25 unidades deste Tribunal**, mantendo o sistema Intelbras já em uso, integrando todas as unidades no sistema digital e facial software Defense 3.1., com capacidade de gerenciamento total. E para que seja garantida a compatibilidade de todas as funcionalidades do sistema e dos equipamentos, faz-se necessária a padronização, nos termos do artigo 47, I, da Lei 14.133/2021, dos equipamentos da marca Intelbras, pois o protocolo de comunicação Intelbras 1 presente nos equipamentos da marca é o protocolo utilizado pelo referido sistema.

Quanto a locação em vez de aquisição. O parque de CFTV, alarme, software de gerenciamento, cerca elétrica é todo adquirido pelo TRT, inclusive com contrato de manutenção com previsão de equipamentos já fornecidos pelo TRT. Assim, e por se tratar de aquisição para completar uma migração de sistema analógico para digital, não se vislumbra alugar uma pequena quantidade de equipamento, tendo um parque grandioso e novo já de propriedade do TRT. A locação pode ser pensada e analisada no mercado quando as 25 unidades do TRT estiverem com



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

equipamentos defasados, havendo necessidade de grande valor investido.

#### II - Alinhamento ao Plano Estratégico e

##### Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:

A divisão de polícia judicial, como responsável pela segurança institucional que compreende um conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de quaisquer natureza que constitutam ameaça a salvaguarda dos bens materiais e imateriais do TRT e de seus integrantes.

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, nos seguintes objetivos estratégicos:

- **Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira:** Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais.
- **Celeridade e Efetividade da Prestação Jurisdicional:** A aquisição de equipamentos de CFTV para a conclusão e integração do sistema de vigilância do TRT24 está alinhada com o objetivo de celeridade e efetividade da prestação jurisdicional ao garantir um ambiente seguro e bem monitorado, permitindo que magistrados e servidores trabalhem com tranquilidade e eficiência. A segurança aprimorada facilita o foco nas atividades jurisdicionais, reduzindo interrupções e atrasos causados por incidentes de segurança, e assegurando que os processos sejam



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

conduzidos de maneira rápida e eficaz, beneficiando todos os envolvidos no sistema de justiça.

- **Promover o trabalho decente e a sustentabilidade:** ao proporcionar um ambiente de trabalho seguro e protegido para magistrados, servidores e visitantes. A melhoria na segurança contribui para um ambiente laboral mais saudável e digno, onde os funcionários podem desempenhar suas funções com confiança e tranquilidade. Além disso, a redução de incidentes e danos promove a sustentabilidade ao minimizar desperdícios de recursos e garantir a longevidade e a eficiência das instalações e equipamentos públicos.

A presente contratação está prevista no PCA 2024 da DPOL, sob o item SIGEO 151252024305672. Na proposta orçamentária da DPOL para o PCA 2024, enviada no ano de 2023, fora requisitado o orçamento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para fazer frente às aquisições do presente estudo. Após levantamentos de equipamentos, preços e adequações às necessidades atuais e vindouras, verificou-se que a necessidade orçamentária restou em valor superior ao anteriormente previsto. Ao início do ano de 2024, o Tribunal reservou orçamento menor ao requisitado pela DPOL. Ao transcorrer do corrente ano, verificou-se a possibilidade de reforço orçamentário, decorrente de sobras. Assim, o Tribunal autorizou reforço orçamentário para atender às necessidades de aquisição de itens da ata de registro de preço.

#### III - Requisitos da Contratação:

O Grupo de Trabalho concluiu pela classificação dos itens como bens comuns, uma vez que essa qualificação está diretamente relacionada à sua natureza e características, que possibilitam a sua aquisição com base no critério de menor preço, sem a necessidade de avaliação subjetiva ou técnica. Tal conclusão



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

está amparada nos termos do art. 6º, XIII, e do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, justificando a escolha da modalidade pregão para esta licitação, visto que os itens em questão possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações de mercado, sendo passíveis de aferição por critérios estritamente objetivos.

As especificações dos itens e as condições de entrega e recebimento observarão as mesmas diretrizes utilizadas na última licitação e serão detalhadas no Termo de Referência, distribuídos conforme abaixo e com base nas especificações mínimas, observando-se os modelos de referência:

#### Especificações Técnicas dos itens e serviços de CFTV para Polícia Judicial - TRT24

Grupo	Item	Especificações Técnicas - Descritivo
Grupo I	I	Serviço de instalação e configuração com fornecimento de 1 (uma) controladora facial, 1 (um) Acionador de abertura em inox (4x2), 1 (uma) fechadura eletroímã 150Kg, 1 (um) acionador de emergência e 1 (uma) licença de acesso - Sistema Defense Versão 3.1
		Serviço de desinstalação de leitora de cartão com acabamento.
		<u>Modelo de Referência:</u>
		<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Controladora facial</b> Marca: Intelbras; modelo: SS 1530 MFW</li><li>• <b>Acionador de abertura</b> Marca: Intelbras; Modelo: BT 5000 IN.</li><li>• <b>Fechadura eletroímã</b> Marca: Intelbras; Modelo: FE 21150D</li><li>• <b>Acionador de emergência</b> Marca: Intelbras; Modelo: AS 2010</li><li>• <b>Licença de acesso</b> Defense 3.1</li></ul>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

	II	<p>Serviço de instalação (porta de vidro) e configuração com fornecimento de 1 (uma) controladora facial, 1 (um) Acionador de abertura em inox (4x2), 1 (uma) fechadura eletroímã 150Kg, 1 (um) acionador de emergência e 1 (uma) licença de acesso - Sistema Defense Versão 3.1</p> <p>Serviço de desinstalação de leitora de cartão com acabamento. Fornecer o suporte para vidro</p> <p><u>Modelo de Referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Controladora facial</b> Marca: Intelbras; modelo: SS 1530 MFW</li><li>● <b>Acionador de abertura</b> Marca: Intelbras; Modelo: BT 5000 IN.</li><li>● <b>Fechadura eletroímã</b> Marca: Intelbras; Modelo: FE 21150D</li><li>● <b>Acionador de emergência</b> Marca: Intelbras; Modelo: AS 2010</li><li>● <b>Licença de acesso</b> Defense 3.1</li></ul>
	III	<p>Serviço de instalação (porta dupla de madeira ou vidro) e configuração com a fornecimento de 2 (duas) controladoras faciais, fechadura eletroímã 150Kg, 1 (um) acionador de emergência e 2 licenças de acesso. - Sistema Defense Versão 3.1.</p> <p>Serviço de desinstalação de leitora de cartão com acabamento. Fornecer o suporte para vidro</p> <p><u>Modelo de Referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Controladora facial</b> Marca: Intelbras; modelo: SS 1530 MFW</li><li>● <b>Acionador de emergência</b> Marca: Intelbras; Modelo: AS2010.</li><li>● <b>Fechadura</b></li></ul>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

		Marca Intelbrás Modelo: FE21150 <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Licença de acesso</b> Defense 3.1</li></ul>
	IV	Serviço de instalação e configuração com fornecimento de 1 (uma) controladora facial, 1 (um) Acionador de abertura em inox (4x2) e 1 (uma) licença de acesso - - Sistema Defense Versão 3.1. Serviço de desinstalação de leitora de cartão com acabamento.  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Controladora facial</b> Marca: Intelbras; modelo: SS 1530 MFW</li><li>• <b>Acionador de abertura</b> Marca: Intelbras; Modelo: BT 5000 IN.</li><li>• <b>Licença de acesso</b> Defense 3.1</li></ul>
	V	Serviço de instalação e configuração de 2 (duas) controladoras faciais, 2 (duas) licenças (defense 3.1) e configuração da fechadura eletroimã preexistente.  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Controladora facial</b> Marca: Intelbras; modelo: SS 1530 MFW</li><li>• <b>Licença de acesso</b> Defense 3.1</li></ul>
	VI	Licença de vídeo: 1 canal de licença compatível com versão Defense 3.1 - com instalação e configuração.
	VII	Serviço de instalação com fornecimento de 1 (uma) leitora facial para portão de estacionamento/portinhola - 1 (uma) licença Defense 3.1. Fornecer 1 (um) suporte de proteção de chuva compatível com a controladora facial SS5531 MFW  <u>Modelo de Referência:</u>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

		<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Controladora facial</b> Marca: Intelbras; modelo: SS 5531 MFW</li><li>• <b>Protetor para chuva</b></li><li>• <b>Licença de acesso</b> Defense 3.1</li></ul>
	VIII	Serviço de instalação e configuração com fornecimento de 1 (uma) catraca bidirecional, 2 (dois) suportes de leitora, 2 leitoras faciais ( <b>com possíveis locais de instalação sendo Fórum CG, TL e Dourados</b> ). Compatíveis com Defense 3.1.  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Catraca</b> Marca: Intelbras Modelo: CAB 3000</li><li>• <b>Leitora facial:</b> Marca: Intelbras - Modelo: SS 5531 MFW</li></ul>
	IX	Serviço de instalação de 1 (uma) Câmeras LPR com reconhecimento em movimento de até 50Km/h e fornecimento de 1 (uma) licença de vídeo compatível com Defense 3.1.  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Câmera LPR</b> Marca: Intelbras - Modelo: VIP 7250 LPR IA FT G2</li><li>• <b>Licença de vídeo</b> Defense 3.1</li></ul>
	X	Fornecimento de Câmeras Speed Dome - possibilidade de operação em 360° IP POE (Compatível Defense 3.1)  especificações mínimas:  - Inteligência artificial embarcada de detecção facial com metados  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Câmera Speed Dome</b> Marca: Intelbras - Modelo: VIP 3225 SD, IR 100m, IA G2</li></ul>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

grupo II	XI	Gravador de imagem IP 16 canais com POE - IP POE - DEFENSE 3.0 + com HD >= 4TB, instalado.  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Gravador Digital de Vídeo - NVD</b></li></ul> Marca: Intelbras - Modelo: NVD 3316P HD PURPLE 4TB
	XII	Fornecimento de Câmeras especiais com inteligência artificial embarcada para distinção entre veículo e humano. , com visão colorida em ambiente totalmente sem luz - IP POE-Compatível com Sistema Defense Versão 3.1.  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Câmera IP – BULLET</b></li></ul> Marca: Intelbras - Modelo: VIP 3240 IA
	XIII	Cartões compatíveis com tecnologia RFID 13,56MHz  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Cartão de proximidade RFID</b></li></ul> Marca: Intelbras RFID 13,56 Mhz - Modelo: TH 2000 MF ou superior
	XIV	Gravadora de cartões 13,56MHz - compatível com Defense 3.1  <u>Modelo de Referência:</u> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Gravadora de Cartões</b></li></ul> Marca: Intelbrás - Modelo: CM 100

Importante destacar que a instrução destes autos observou a experiência de contratações anteriores, inclusive, quanto à qualidade dos itens entregues. **Há a necessidade de aquisição de equipamentos compatíveis com o sistema Intelbrás e licenças específicas deste mesmo sistema, tendo em vista ser o sistema em uso pelo Tribunal.**



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

A definição das condições de execução e pagamento, o regime de fornecimento de bens, instalação e condições de recebimento estarão descritas de forma pormenorizada no Termo de Referência. Entendemos, s.m.j, não ser necessário replicar aqui no ETP na íntegra as informações que constarão no Termo de Referência.

Optamos pela instrução para contratação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à melhor gestão dos materiais relacionados neste certame, conforme item IX deste ETP. Os quantitativos estimados e especificações foram estabelecidos pela Divisão de Polícia Judicial, conforme incisos **I e II do art. 3º do Decreto 11.462/2023**.

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de adquirir bens sustentáveis, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir itens com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

No tocante aos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, para que a licitante possa demonstrar a aptidão econômica e técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, não serão exigidos índices que demonstrem a capacidade da empresa e o balanço patrimonial, para consultar a situação contábil e financeira da empresa. Isso porque há a decisão da Diretoria-Geral constante do Proad nº 18.716/2023 (doc. 58), em que consignado a análise do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015 (regulamenta os arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006), sugere-se a exclusão das exigências quanto aos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) para comprovação



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

da qualificação econômico-financeira, com o objetivo de atingir a adequação do procedimento às disposições contidas no artigo do decreto supramencionado. Nesse sentido, constará a exigência de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Em relação aos requisitos técnicos, serão exigidos registros e comprovantes de que a licitante é apta a exercer as atividades pertinentes. Será exigido como requisito de capacidade técnica o comprovante de registro do fabricante dos materiais no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei n.º 6.938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021. Embora esse requisito conste nos requisitos de sustentabilidade ele será exigido já na fase de qualificação técnica, conforme informado pelo pregoeiro, razão pela qual este requisito foi movido. Entendemos, s.m.j, não ser necessário replicar na íntegra aqui no ETP as informações que constarão do Termo de Referência.

Ainda será exigido comprovação de aptidão com desempenho compatível com o objeto desta licitação. Exigido por meio de Atestados de Capacitação Técnica que comprove a realização, com níveis satisfatórios, de instalação e configuração em sistema CFTV IP Defense 3.0 de portas controladoras de acesso facial, de catracas faciais, câmeras leitora de placa de veículo, câmeras speed dome. Além de comprovação de instalação multisite, onde há unidades distantes, com uma unidade centralizadora, havendo equipamentos em cada uma delas, mas havendo a centralização e operação na unidade central. Esta exigência se faz necessário para melhor discriminação das exigências de capacidade técnica, necessárias para o atendimento pleno do objeto desta contratação.



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista recente decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso do objeto sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria”.

Não incluímos a previsão de publicação de Intenção de Registro de Preços, tendo em vista a restrição operacional/administrativa das unidades envolvidas, bem como a exiguidade do prazo para execução da presente contratação. A dispensa de IRP encontra respaldo na Lei nº 14133/2021, art. 86, §§ 1º e 2º, bem como no Decreto nº 11.462/2023, art. 3º e incisos, C/C art. 9º, § 2º.

Vale trazer o texto do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração **julgar pertinente**, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Com base no texto legal temos a premissa maior que estabelece a regra geral de que o SRP é aplicável quando a Administração considerar conveniente, sem restringir sua aplicação. A premissa menor indica uma das hipóteses específicas – a compra para mais de um órgão – mas essa premissa, em si, não exclui outras situações de conveniência, como o atendimento de um único órgão. Por fim, a conclusão inevitável é que o uso do SRP para um único órgão também é permitido, como se extrai dos demais incisos do artigo citado acima. Com a finalidade de tornar o argumento de mais fácil visualização separamos abaixo:

- **(REGRA GERAL)** O Sistema de Registro de Preços (SRP) pode ser adotado sempre que for conveniente para a Administração Pública.
- **(ESPECIFICAÇÃO)** Entre as hipóteses de conveniência para a adoção do SRP está a possibilidade de utilização para atendimento a mais de um órgão ou entidade.
- **(INFERÊNCIA LÓGICA)** Logo, se o SRP pode ser adotado sempre que for conveniente, e a utilização para mais de um órgão é apenas uma das hipóteses do art. 3º, **a Administração Pública pode adotar o SRP também para atender um único órgão, desde que isso seja considerado conveniente.**

Com esse entendimento coaduna-se o §2º do art. 86, da Lei 14.133/2021 C/C art. 9, § 2º do Decreto nº 11.462/2023, que dizem que a IRP poderá ser dispensada “quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o **único contratante.**” Embora vago o termo destacado, ele toma sentido combinado com os demais dispositivos legais citados acima, esse é também o entendimento da doutrina<sup>1</sup>:

(...)o dispositivo trata da dispensa de realizar o procedimento de intenção de registro de preços,

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo: conteúdo atualizado com a nova lei de licitações. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

portanto da possibilidade de ele nem sequer ser aberto. Nesse momento prévio, antes de abrir a intenção de registro de preços, o órgão ou entidade somente pode ser considerado como único contratante se ele próprio decide ser o único contratante. No final das contas, o §1º do artigo 86 da Lei n. 14.133/2021 **concede competência discricionária para que órgão ou entidade decida ser o único contratante** e, se assim o fizer, para que não realize os procedimentos de intenção de registro de preços (NIEBUHR, 2022)

No mesmo sentido SCHIEFLER (2023)<sup>2</sup> aduz que:

(...) o próprio órgão ou entidade possui discricionariedade para decidir motivadamente se realizará ou não o procedimento de IRP, a despeito do termo "deverá" contido no caput do artigo 86 da NLLCA.

A Divisão de Polícia Judicial possui em seu quadro agentes de polícia judicial que possuem diversas atribuições de cunho prático/operacional que impedem a execução das atividades atribuídas ao órgão gerenciador, tais como: pela complexidade técnica deste gerenciamento; falta de recursos humanos dedicados exclusivamente ao trabalho administrativo; impacto nas atividades administrativas e na eficiência do setor; urgência da contratação.

Destaca-se que os agentes de polícia judicial encarregados de atividades administrativas não deixam de exercer outras atividades de cunho operacional próprias de suas atribuições, bem como atividades administrativas próprias da segurança institucional, como: planejamento de missões, escoltas, planejamento de apoio a oficiais de justiça, planejamento da segurança de instalações, levantamento de informações, planos de trabalho solicitados pela administração, elaboração de minutas afetas à segurança institucional, elaboração de pautas de reuniões e estudos na área de segurança institucional,

---

<sup>2</sup> SCHIEFLER, Eduardo. **Nova Lei de Licitações e o Procedimento de Intenção de Registro de Preços**. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2023. Disponível em: <https://schiefler.adv.br/nova-lei-de-licitacoes-e-o-procedimento-de-intencao-de-registro-de-precos/>. Acesso em: 04 set. 2024



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

relatórios de segurança institucional, relatórios de inteligência, respostas de processos externos, entre outros.

Dessa forma, torna-se inviável a prática dos atos de competência do órgão gerenciador (artigo 7º), dentre as quais se destacam: (i) estabelecer o número máximo de participantes, (ii) aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: os quantitativos considerados ínfimos; a inclusão de novos itens; e os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações; (iii) consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação; (iv) realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada; (v) promover, na hipótese de compra nacional, a divulgação do programa ou projeto federal, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e das entidades da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios beneficiados; (vi) confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente; (vii) promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes; (viii) remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30; (ix) gerenciar a ata de registro de preços; (x) conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; (xi) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP; dentre outros.

No tocante à indicação de marcas e modelos **faz-se necessária a padronização** (art. 41, I, a, da Lei nº 14.133/2021) dos modelos Intelbrás, tendo em vista que as funcionalidades dos equipamentos a serem gerenciados pelo Sistema Defense v. 3.1. precisam necessariamente utilizar **protocolo de comunicação Intelbrás-1**, sob pena de impossibilitar o uso das funcionalidades do sistema. A inclusão dos modelos de referência possui ainda o objetivo de que a descrição do objeto a ser licitado possa ser melhor compreendida, conforme art. 41, inciso I, alínea "d" da Lei 14.133/2021. Há a necessidade de que os equipamentos a serem adquiridos sejam totalmente compatíveis com o Sistema Defense v. 3.1. (Intelbras) por ser o sistema em uso pelo Tribunal em seu sistema de CFTV.

As especificações de quantidades constam do Item IV deste ETP e serão pormenorizadas nas especificações técnicas do Termo de Referência.

Para os itens que exijam instalação a empresa contratada deverá apresentar certificações no sistema Intelbrás e conhecimento técnico de instalação e operação, dos técnicos designados por ela, responsáveis pelas instalações dos equipamentos e integração com o sistema.

#### **SUSTENTABILIDADE:**

**Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, a CONTRATADA deverá comprovar, como especificação do objeto, ou seja, no momento da licitação, o atendimento aos seguintes critérios de sustentabilidade: Para os itens 1 a 13:**

Com base em pesquisa de mercado, concluímos que não é possível garantir que os fornecedores possuam documentos comprobatórios



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

do atendimento deste requisito, o que poderia acarretar obstáculo ao êxito do certame. Desta forma, não incluímos a exigência de vedação de que os itens contenham substâncias nocivas ao meio ambiente, tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu, também conhecida como diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) para os itens da ARP, tendo em vista que não localizamos informações, dentre as marcas mais comercializadas dos produtos no Brasil, acerca do atendimento da exigência.

· A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro do fabricante dos materiais no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei n.º 6.938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021.

Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

Não foi incluída a exigência para a empresa realizar a logística reversa dos itens, conforme consta na Resolução CSJT nº 310/2021, uma vez que o TRT24 dispõe de meios mais seguros e eficazes para promover a logística reversa dos resíduos. Quanto ao item 14, por se tratar apenas de licença para funcionamento dos equipamentos do CFTV, não cabe a exigência de atendimento às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, quanto à acessibilidade.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

#### IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

Os itens necessários para conclusão e integração do parque tecnológico IP de CFTV, Alarme e Controle de acesso são os seguintes, após longo e extenso levantamento no prédio sede e prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande, com pesquisa de preços já executada:

GRUPO	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
GRUPO 1	1	22	Unid.	Kit controlador facial I + instalação (Controlador facial 1530 MF, acionador de abertura BT5000, fechadura FE21150, acionador de emergência AS2010 licença DEFENSE)	R\$ 3.700,17	R\$ 81.403,74
	2	5	Unid.	Kit controlador facial II + instalação (Controlador facial 1530 MF, acionador de abertura BT5000, fechadura FE21150, Suporte para porta de vidro, acionador de emergência AS2010 licença DEFENSE)	R\$ 4.009,94	R\$ 20.049,70
	3	3	Unid.	Kit controlador facial III + instalação (Controlador facial 1530 MF- entrada e saída, fechadura FE21150, Suporte para porta de vidro, acionador de	R\$ 4.816,56	R\$ 14.449,68



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

				emergencia AS2010 licença DEFENSE)		
	4	24	Unid .	Kit controlador facial IV + instalação (Controlador facial 1530 MF, acionador abertura BT5000 IN, licença DEFENSE)	R\$ 2.969,77	R\$ 71.274,48
	5	4	Unid .	Kit controlador facial V + instalação (Controlador facial 1530 MF, licença DEFENSE)	R\$ 4.474,46	R\$ 17.897,84
	6	80	Unid .	Licença de Vídeo – 01 Canal – Versão DEFENSE 3.0	R\$ 745,75	R\$ 59.660,00
	7	8	Unid .	Kit controlador facial VI + instalação (controlador facial 5531 MF W, suporte p/ controlador SC3000, totem metálico, licença DEFENSE)	R\$ 3.914,69	R\$ 31.317,52
	8	7	Unid .	Kit controlador facial + Catraca de acesso + instalação (Catraca de acesso, Controlador facial SS 5531 entrada e saída, suporte p/ controlador CAB3000 entrada e saída)	R\$ 19.012,98	R\$ 133.090,86
	9	25	Unid .	Kit Câmera IP LPR: instalação em suporte para parede e licença. (Câmera IP VIP7250 IA FT G2 com suporte e licença)	R\$ 5.847,95	R\$ 146.198,75
	10	25	Unid .	Câmera IP – SPEED DOME – compatível DEFENSE	R\$ 5.521,41	R\$ 138.035,25



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

				(Câmera speeddome VIP 3225 SD, IR 100m, IA, G2)		
GRUP O 2						
	11	1000	Unid	Cartão compatível Defense	R\$ 9,58	R\$ 9.580,00
	12	1	Unid	Gravadora de cartão	R\$ 514,69	R\$ 514,69
grupo 2	13	12	Unid	Gravador de Imagem – 16 Canais PoE com HD 4 TB  (Gravador de imagem Modelo: NVD 3316P com HD PURPLE 4TB)	R\$ 4.319,61	R\$ 51.835,32
grupo 2	14	60	Unid	Câmera IP – BULLET – com inteligência artificial embarcada.  (Câmera IP VIP 3240 IA)	R\$ 1.193,25	R\$ 71.595,00
VALOR TOTAL (R\$)						R\$ 901.457,31

Um grande diferencial do NVD 3316P é possuir espaço para 2 HDs de até 18TB o que pode ser muito útil em unidade que exige maior necessidade de armazenamento. A necessidade de um HD instalado de pelo menos 4TB, possibilita o uso imediato com a garantia de compatibilidade. Dependendo da unidade, será instalado um HD complementar que estiver já em uso em gravador de vídeo analógico

O monitoramento ativo de todas as unidades do interior e Anexo do Fórum Trabalhista de CG pelos policiais judiciais será



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

otimizado com novas câmeras IP e Speed Dome com funções especiais e de alta tecnologia embarcada e zoom em tempo real para que o agente possa melhor estar vigilante e realizar acompanhamento de situações suspeitas ou que necessitem maior atenção.

As memórias de cálculo e demais documentos seguem anexas a este ETP.

#### **V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:**

Após análise do mercado, e das possíveis soluções existentes, foi possível listar as seguintes:

- **Aluguel de equipamentos não viabilidade**

Esta solução também não se mostra viável, visto que o parque já instalado do TRT24 é grande e será aproveitado em grande parte. Pela quantidade de itens e equipamentos já adquiridos como 360 câmeras digitais, racks, nobreaks, cabo de rede. Sem falar que o software é de propriedade do TRT.

- **Aquisição dos itens e equipamentos**

Opta-se se pela conclusão em manutenção do parque existente e aquisição dos itens faltantes mediante licitação, o que trará integração e sem futura aquisição nos próximos anos, aproveitamento de grande parte da infraestrutura já montada e também pelo regular uso e destinação da grande quantidade adquirida (2023) de itens como câmeras, NVDs, HDs, Nobreaks, entre outros.

O interesse pela formalização do Sistema de Registro de Preços



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

considera as vantagens efetivas e práticas permitindo uma ampla concorrência, agilidade na hora da aquisição dos produtos, redução dos custos da licitação e maior transparência das aquisições.

No que se refere à prorrogação da vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, ressaltamos que os quantitativos serão renovados pelas quantidades previstas inicialmente. Isso porque o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021. Insta registrar que o quantitativo foi planejado para esse período, ou conforme disponibilidade orçamentária

#### **VI - Estimativas do valor da contratação:**

Com base na pesquisa de preços e também nas contratações mais recentes de outros órgãos públicos, estima-se o investimento de R\$ 839.882,02 (oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dois centavos) pela aquisição dos equipamentos com base no mapa comparativo de preços, multiplicando as quantidades pelo preço médio unitário e somando-se o valor total.

#### **VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:**

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de equipamentos de CFTV, controle de acesso, catracas faciais e leitoras faciais, portas com eletromaã, botoeira, botão de emergência, cartões, gravador de cartão, controladora facial, licenças de software, câmeras, NVDs, entre outros, conforme



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

especificações do Termo de Referência.

Deverá a contratada prestar garantia total dos serviços de instalação em pelo menos 3 meses e dos produto de no mínimo 12 (doze) meses, ou a assegurada pelo fabricante, se maior, a contar do recebimento definitivo do objeto, com entrega no local indicado no Termo de Referência.

A assistência deverá ser prestada de forma remota ou presencial, pela própria empresa ou por empresa habilitada indicada pelo fornecedor, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

A CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico (e-mail) válido e telefone, para fins de comunicação com o contratante por todo o período de garantia; comunicando-o, imediatamente, em caso de alteração.

#### **VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

A contratação será parcelada em grupos e itens. Os itens do grupo 1 possuem necessidade de execução do serviço de forma integral, pois trata-se de atualização e alteração do sistema eletrônico de segurança, que será migrado integralmente para o padrão intelbras. Deste modo, as controladoras dos locais previstos para a migração de sistema deverão, necessariamente, ser adquiridas, sob pena de inviabilidade total para a migração. Já o grupo 2, cartões de RFID e leitora/gravadora de cartões, possui interdependência por se tratarem de itens cujas existências (disponibilidade) são mútuas, ou seja, não há razão (eficácia) de se possuir um se não houver o outro. Os demais itens, não possuem interdependência entre si.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

#### **IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

A aquisição dos equipamentos de CFTV, com o objetivo de implementar o Sistema Integrado de Proteção (SIP) no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, trarão uma série de benefícios em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Espera-se os seguintes resultados:

##### **1. Economicidade:**

- **Redução de Custos Operacionais:** A implementação do Sistema Integrado de Proteção com novos equipamentos de CFTV permitirá uma melhor vigilância e controle, diminuindo a necessidade de intervenções manuais e, consequentemente, os custos associados a deslocamentos e manutenção corretiva frequente.
- **Eficiência Energética:** A aquisição de equipamentos novos de CFTV substituirão outros equipamentos mais antigos, sendo os novos mais eficientes em termos de consumo de energia, o que resultará em uma economia significativa nas despesas com eletricidade a longo prazo.

##### **2. Aproveitamento dos Recursos Humanos:**

- **Otimização do Trabalho dos Agentes:** Com um sistema de vigilância mais robusto, eficiente e com maior grau de automatização os agentes da Polícia Judicial poderão focar em atividades mais estratégicas e menos em tarefas rotineiras de monitoramento, aumentando a produtividade e a eficácia do trabalho policial.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- **Capacitação e Especialização:** A introdução de tecnologias avançadas no sistema de vigilância proporcionará oportunidades para a capacitação dos agentes, elevando o nível de especialização e competência técnica dentro do quadro de policiais do tribunal.

#### 3. Aproveitamento dos Recursos Materiais:

- **Durabilidade e Manutenção:** Os novos equipamentos de CFTV possuem maior durabilidade e requerem menos manutenção, o que reduz os custos com reposição de equipamentos e serviços técnicos.
- **Integração e Compatibilidade:** A aquisição de novos equipamentos com tecnologias compatíveis entre si permitem a implementação de um sistema integrado, evitando redundâncias e maximizando a utilização dos recursos existentes.

#### 4. Aproveitamento dos Recursos Financeiros:

- **Investimento de Longo Prazo:** A aquisição e implementação dos novos equipamentos de CFTV representam um investimento inicial significativo, mas que se justifica pela longevidade e pela redução dos custos operacionais futuros.
- **Melhoria na Gestão de Recursos:** A centralização e a automação proporcionadas pelo Sistema Integrado de Proteção facilitarão a gestão dos recursos financeiros, permitindo um controle mais rigoroso e a identificação de oportunidades de economias adicionais.

A implementação do Sistema Integrado de Proteção por meio da aquisição de novos equipamentos de CFTV no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região resultará em melhorias operacionais e financeiras, não só aumentando a segurança e a eficiência



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

dos serviços prestados, mas também otimizarão o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, alinhando-se aos objetivos estratégicos do tribunal de assegurar a economicidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

#### **X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:**

Não são necessárias providências prévias.

#### **XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

A contratação pretende otimizar e concluir as aquisições de equipamentos de CFTV e controle de acesso realizadas nos PROADs 22947/2023 e 23606/2023 em que foram adquiridas catracas faciais, câmeras digitais, software de gerenciamento de CFTV, controle de acesso e alarme e licenças de alarmes.

#### **XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:**

Sem impactos ambientais na contratação, quanto à fabricação dos itens será exigida conformidade com os apontamentos indicados pela Seção de Sustentabilidade.

#### **XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:**

Com base nestes estudos técnicos, resta evidenciada a viabilidade da aquisição dos equipamentos de CFTV e controle de



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

acesso. A contratação dos equipamentos de CFTV para implementação do Sistema Integrado de Proteção (SIP) no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região é totalmente adequada e necessária para atender às demandas de segurança do tribunal. Alinhada com normativos internos e resoluções do CNJ e CSJT, a aquisição promove maior eficiência na vigilância, resposta rápida a incidentes e otimização de recursos humanos e materiais.

A modernização proporcionará economia a longo prazo com redução de custos operacionais e menor necessidade de manutenção. Além disso, a implementação do SIP garantirá um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, servidores e frequentadores do tribunal, protegendo instalações e documentos com um sistema de vigilância robusto e eficaz. Assim, a contratação não só cumpre os requisitos de segurança institucional, mas também contribui para uma administração mais econômica e eficiente, evidenciando-se como uma medida indispensável para o TRT da 24ª Região.

#### **EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

---

**Nome: Rodrigo Augusto Rodrigues**

**Telefone: 3316-1842**

**E-mail: rarodrigues@trt24.jus.br**

---

**Nome: Edson Kodi Fushiguro**

**Telefone: 3316-1834**

**E-mail: efushiguro@trt24.jus.br**

---

**Nome: Claudia Aline de P. Lepesteur**

**Telefone: 3316-1842**

**E-mail: clepesteur@trt24.jus.br**

---

**Nome: Mateus Cominetti**

**Telefone: (67) 3316-1891**

**E-mail: mcominetti@trt24.jus.br**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**